Alívio para os países devedores

Pedro-Pablo Kuczynski

ENTÃO, Dona Gertrude Stein, um déficit é um déficit é um déficit? Já não é mais; pelo menos, não mais na mente do Fundo Monetário Internacional (FMI), que recentemente se convenceu de que o déficit do setor público mexicano na verdade é um superávit.

Tal interpretação permitiu que o México chegasse, em princípio, a um acordo com o FMI, abrindo a porta para um pacote de novos empréstimos a serem negociados com os bancos particulares. Esta solução parece ter liquidado outro problema na saga da crise da dívida dos países latino-americanos.

Contudo, também significa que mais uma vez a ginástica financeira, em vez da solução de problemas fundamentais, permitiu que o sistema financeiro internacional respirasse aliviado. A essência do raciocínio do FMI foi que grande parte dos juros da dívida interna mexicana resultava da inflação. Não representava, portanto, uma verdadeira carga fiscal e, assim, poderia ser contabilizada como poupança. Segundo esta teoria, o déficit orçamentário "real" dos Estados Unidos seria de 150 e não 220 bilhões de dólares.

Talvez. Mas não importa como a questão seja encarada, permanece uma questão crucial: será que o México pode pagar os juros de sua dívida externa de 100 bilhões de dólares, sem receber algum tipo de ajuda, numa época em que o valor do petróleo que exporta entrou em colapso?

No ano passado, em Seul, na Coreia do Sul, o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, chegou perto das questões fundamentais quando pediu que os países devedores fizessem reformas econômicas em troca de empréstimos a longo prazo (que seriam fornecidos pelo Banco Mundial) para seu desenvolvimento e de alguns empréstimos adicionais a serem concedidos pelos bancos comerciais.

O problema tem sido que o tamanho relativo da dívida externa de grande parte da América Latina — e do México em particular, depois da queda dos preços do petróleo — se tornou tão grande que, mesmo ao nível atual, muito reduzido, das taxas de juros internacionais, o peso do serviço da dívida é grande demais para deixar disponíveis recursos para o desenvolvimento.

É este o problema que o senador norte-americano Bill Bradley quer resolver com sua recente proposta de ajuda na questão dos juros em troca de concessões comerciais e reforma econômica por parte dos devedores. O senador calcula que cerca de um milhão de empregos norte-americanos foram perdidos por causa da crise da dívida latino-americana.

Sem querer jogar com os números, é verdade que, só no ramo das exportações de máquinas, as vendas dos Estados Unidos para a América Latina caíram de quase 20 bilhões anuais no início desta década para nove bilhões de dólares em 1984, e desde então ficaram neste patamar. É como se todas as exportações da Kodak e da Westinghouse tivessem deixado de existir. Este problema é bem entendido nas cidades industriais norte-americanas.

O auxílio na questão dos juros é um assunto complexo. Além do México, muitos outros acham que têm direito a ele, inclusive os fazendeiros e a indústria do petróleo norte-americana, assim como a maioria dos países devedores da América Latina.

Contudo, nos termos dos atuais regulamentos e regras de contabilidade, realmente poderia sair muito caro para os

grandes bancos dos Estados Unidos implementar a fórmula proposta pelo senador Bradley. Porém os controladores e contadores não são onipotentes, e no passado tiveram que ser flexíveis na crise das associações de poupança e empréstimos e em alguns empréstimos agrícolas.

Por exemplo, no caso da crise enfrentada pela Chrysler, seus credores deram à empresa um considerável auxílio quando reescalaram seu pagamento de juros e de dívidas, enquanto uma nova equipe de diretores resolvia os problemas da empresa. Em troca, os credores receberam o direito de partilhar de uma eventual recuperação da empresa. A fórmula para salvar a Chrysler acabou se revelando um investimento muito lucrativo para os bancos e o governo norte-americano.

Hoje em dia, usando o mesmo esquema, companhias de petróleo estão levantando dinheiro em Wall Street: os emprestadores recebem menos juros agora mas conquistam uma parcela do petróleo provavelmente mais caro no futuro. Assim, algum alívio no pagamento de juros, baseado nos modelos no mercado, é pelo menos uma possibilidade que vale a pena ser estudada para alguns países muito endividados, para ajudar sua recuperação e realizar seu potencial econômico.

Com base na história recente, o público tem bom motivo para ficar mistificado pelos pronunciamentos dos economistas sobre a crise da dívida. Em 1983 e em 1984, os economistas elogiavam o México e criticavam o Brasil e a Argentina. Hoje em dia, acontece exatamente o contrário: Brasil e Argentina, argumentam os economistas, estão com boas possibilidades.

No caso do Brasil, o progresso é inegável, mas, em parte, isto se deve à incerta base de uma grande queda dos preços do petróleo — que está custando muito caro aos outros países devedores. A Argentina, apesar do sucesso de seu programa de estabilização, ainda precisa mostrar seu crescimento econômico.

Todos os devedores enfrentam o risco de uma reviravolta nas taxas de juros, apesar de isso parecer pouco provável na hesitante economia mundial. Ainda é cedo demais para proclamar que o problema da dívida é preocupação apenas para uns poucos devedores.

O alívio na questão dos juros, mesmo que numa base de contingência, reconhecera esta fragilidade. Às vezes se diz que novos empréstimos têm o mesmo efeito que o auxílio nos juros. Nem sempre isto é verdade. Nos termos de um plano que recupera para os credores parte da futura prosperidade dos devedores, através de maiores pagamentos de juros no futuro, a dívida não aumenta agora. Pelo contrário, com base exclusivamente em novos empréstimos, a dívida continuaria crescendo impiedosamente — no caso da América Latina, desde 1982 ela já aumentou em 50 bilhões de dólares, totalizando agora 380 bilhões de dólares, sem que se possa mostrar muito progresso.

Logicamente o alívio dos juros não é uma panacéia, sendo necessários muitos outros ingredientes. Bradley e Baker são favoráveis a maiores empréstimos do Banco Mundial para estimular a reforma econômica dos países devedores. Atrair novos investimentos e tornar as economias dos países endividados mais eficientes e muito menos dependentes da iniciativa estatal é muito importante. Porém, existem grandes dificuldades, a menos que o peso da dívida se torne mais suportável. A proposta básica de que tanto os Estados Unidos (inclusive seus bancos) como os países latino-americanos vão se beneficiar de um esforço conjunto para recuperar a saúde econômica e o crescimento dos devedores é irrefutável.

The New York Times. Pedro-Pablo Kuczynski é co-presidente do First Boston International e diretor-gerente da First Boston Corporation.